

A DIALÉTICA DO MST COMO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Fagner Lira Bizerra

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
(Unesp)

fagner.flb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico dialético pelo qual passa o MST neste período de 2018. Como instrumento político e como movimento socioterritorial, “têm o território não só como trunfo, mas como elemento essencial para sua existência.” Sendo assim, são movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.31).

O MST nasceu “rompendo as estruturas, se desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais sem-terra iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra”, esse processo deve ser contínuo. E como foi dito por Bogo (2011, p. 154),

Na luta pela sobrevivência, o ser social inventa o objeto e o instrumento que o produz. Na sequência, terá de inventar instrumentos que, por sua vez, produzirão os novos objetos de que necessita, pois, as necessidades sociais a cada instante vão se ampliando e se multiplicando.

Como a Geografia pode contribuir nesse processo histórico? Quais são os impasses que os movimentos socioterritoriais estão vivendo? São perguntas que nos fazemos, para seguir uma linha de pesquisa que não vá contra a massa de trabalhadores que sofrem um processo radical de exclusão de seus territórios camponês, tradicionais e das florestas, assim como nas cidades o lugar para onde acabam indo e se aglomerando nas periferias em situações desumanas, sem perspectivas positivas a curto, médio e longo prazo.

Este trabalho utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa da bibliografia e documentos a respeito do referido tema, leituras das bibliografias e análises, o levantamento, coleta e sistematização dos dados de conflitos no campo. Para análise e reflexão crítica dos dados organizados, foram utilizadas tabelas e gráficos da edição do DATALUTA¹ – Banco de Dados da Luta pela Terra de 2015.

As leituras das principais referências bibliográficas e os dados coletados através das fontes citadas foram analisados sob a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária (PQA), dentro da ciência geográfica, que é antagônico ao Paradigma do Capitalismo Agrário

¹ DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

(PCA). “Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre as relações capitalistas e as relações não capitalistas.” (FERNANDES, 2008, p. 14). Por isso, analisamos o MST como movimento socioterritorial, pois seus objetivos são totalmente vinculados e dependentes da disputa de território.

O MST COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Pode se dizer que o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está vivendo um período de transição histórico, e neste ano de 2018, em que completou 34 anos está se preparando para o seu 14º Encontro Nacional, buscando reinterpretar o seu papel como instrumento político da classe trabalhadora, com a necessidade de provocar uma unidade de classe, com uma estratégia nova que conduza ao socialismo e que não seja de conciliação.²

O MST nasceu nos anos 80, das contradições da própria luta de classes, da histórica luta pela terra, contra uma política de exploração e domínio por parte dos grandes proprietários, grandes defensores do sistema do capital. Com essa herança de luta e de lutas o MST assume um papel de grande importância junto à classe trabalhadora, com uma missão que segue viva, porque ainda em 2018, tem muito o que conquistar, para além da luta pela terra. Podemos observar isso nas palavras de Fernandes (1998, p.26):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam no final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito.

É importante ressaltar a capacidade do MST em recomeçar, avaliar, estudar e se autocriticar, o que confere a este movimento a possibilidade de cumprir o seu papel e a sua missão estratégica, da luta pela terra, da reforma agrária popular e da transformação social. Nesse sentido, para avaliar nossa conjuntura atual fazendo uso das palavras do dirigente nacional do MST pelo setor de formação política e pesquisador, José Geraldo Gasparin (2017, p.146), que diz:

Todavia, é preciso considerar que possivelmente estamos encerrando, agora em 2017/18, um ciclo histórico da esquerda que se iniciou no início dos anos de 1980, de sua estratégia e de seus instrumentos. O período histórico que vivemos é de descenso geral do movimento de massas, e isso influiu na luta de classes, no MST, na sua base. Alterou a correlação de

² MST. O Caderno de Formação nº 42 “Debates em Preparação ao 14º Encontro Nacional do MST” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2017.

forças e dificultou a obtenção de vitórias por parte dos distintos processos de luta. Mas, a própria efetivação da reforma agrária popular só ocorrerá se o conjunto da classe trabalhadora tomar para si a tarefa da construção do poder popular.

Como dissemos acima, neste cenário de 2018 está-se construindo e preparando o 14º encontro nacional do MST, para preparar os debates foi publicado o Caderno de Formação nº 42, nesse caderno existe a proposta de discussão em torno do instrumento político com a seguinte definição:

De um modo bem simplificado, o instrumento político é a ferramenta que potencializa a ação individual e coletiva dos seres humanos, para alcançar determinados objetivos.

Se o objetivo é roçar um terreno, a foice é um instrumento mais apropriado do que a enxada. Portanto, o que determina a natureza do instrumento são os objetivos que os indivíduos, ou a organização a qual pertencem, se propõem a alcançar.

(...)

Assim, nenhum instrumento político é dogmático, estático na história ou resultado de um receituário teórico. (MST, 2017, p. 55)

Dessa forma o MST está propondo sua autotransformação para assumir sua flexibilidade de forma organizativa, afim de atingir seus objetivos estratégicos, que discutiremos adiante, para se comportar dentro da atual conjuntura que muda e assim a organização também deve mudar, caso contrário se perde no tempo, como se vê acontecer com outras organizações históricas que não se adequaram as exigências de seu tempo e se tornaram obsoletas.

Segundo Ademar Bogo (2011, p.18-19):

Podemos entender por que muitos instrumentos e formas organizativas tiveram presença importante na história, mas, num segundo momento, não foram nem compreendidos nem respeitados pelas massas, o que não significa que não estivessem bem intencionados, mas, sim, que as forças sociais não sintonizaram os seus interesses com os objetivos propostos, fazendo com que importantes iniciativas ficassem à margem da história. Como disse Rosa Luxemburgo: “A luta de classes não é produto da social-democracia. É o contrário: a própria social-democracia é apenas um produto tardio da luta de classes”. **Esta definição demonstra que é o movimento dos conflitos – que existem independentemente dos partidos – que estabelece as exigências para criar o tipo de instrumento de luta, e não o contrário.** (grifamos)

Diante do exposto, para trabalhar melhor este conteúdo tem-se que estudar a respeito de Estratégia e Tática, por isso, vamos verificar esses conceitos do ponto de vista político, sabendo que o MST possui seu caráter político bem definido desde seu primeiro encontro nacional que aconteceu no mês de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná, como se pode observar nas palavras Fernandes (2000, p. 84):

O conjunto de decisões e objetivos definidos no encontro foi constituindo o caráter político do MST. Nesse processo de formação estão contidos os princípios que consolidaram o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. Depois de vinte anos de perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e da ULTAB, nascia na luta pela terra um novo movimento camponês que começava a recolocar a pauta da reforma agrária no campo político. A partir dessas lições históricas e do fazer-se na luta, os sem-terra tinham aprendido que: terra não se ganha, terra se conquista.

Para escrever sobre estratégia e tática do ponto de vista político, deve-se entender que de acordo com os objetivos estratégicos do MST, o objetivo estratégico final em seu horizonte, é a transformação social, o socialismo, e de acordo com a história não se discute socialismo sem falar de revolução, logo, alcançar o socialismo é uma tarefa revolucionária. Então aqui, vamos tratar das tarefas da estratégia revolucionária, ou seja:

São tarefas da estratégia revolucionária: a) definir corretamente os inimigos da revolução, tanto os inimigos estratégicos quanto os imediatos. Avaliar suas forças e sua estratégia provável. Aproveitar ao máximo as contradições entre os inimigos da revolução; b) determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus possíveis aliados; c) construir o exército político revolucionário, isto é, articular essa aliança, ou aglomerado, ou bloco de forças sociais capaz de levar adiante a revolução até sua vitória. Elaborar os planos para incorporar à revolução setores cada vez mais amplos da população. Concentrar essas forças contra o inimigo imediato. Determinar o elo decisivo que permitirá atrair para si todo o conjunto, indicando o ponto central para o qual deve convergir e em torno do qual deve se condensar toda multiforme atividade de vanguarda; e) determinar a via mais provável do desenvolvimento da revolução.

Em relação a esse conceito, parece-nos importante distinguir entre: o **objetivo estratégico final** da luta de classes do proletariado, que não é outra coisa senão a derrubada da burguesia e a construção do comunismo; os **objetivos estratégicos parciais**, que são aqueles que se perseguem em cada processo revolucionário conforme o seu caráter; e os **objetivos imediatos**, que são aqueles que se perseguem em cada etapa de seu desenvolvimento.” (negritamos) (HARNECKER, 2012, p.70)

Podemos dizer que o objetivo estratégico final do MST é o socialismo, que o objetivo estratégico parcial é a reforma agrária popular (RAP) e o objetivo estratégico imediato é a luta pela terra, ou seja, é a própria terra para viver.

Sendo assim, para que o MST se coloque em seu caminho estratégico de acordo com as exigências de seu período histórico, deve sempre que necessário, fazer esse dever da estratégia revolucionária, caso contrário estará fadado a se perder no tempo/espço. Para completar esse tema, vejamos o que se diz sobre a tática revolucionária:

“tática revolucionária”: é o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política.

São questões táticas: a) as **formas de organização** que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar; b) as **formas e os métodos de luta** a serem empregados; c) a forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas; d) as formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas. O conteúdo das palavras de ordem políticas tem aqui um papel fundamental.

Agora, a vanguarda revolucionária, para fixar sua tática, deve levar em conta, entre outras coisas: qual é a forma específica de atuação do inimigo; qual é o estado de ânimo das massas; qual é a correlação de forças disso resultante em cada nova situação; qual é a capacidade da vanguarda de realizar determinadas tarefas. (negritamos) (HARNECKER, 2012, 2012, p.114)

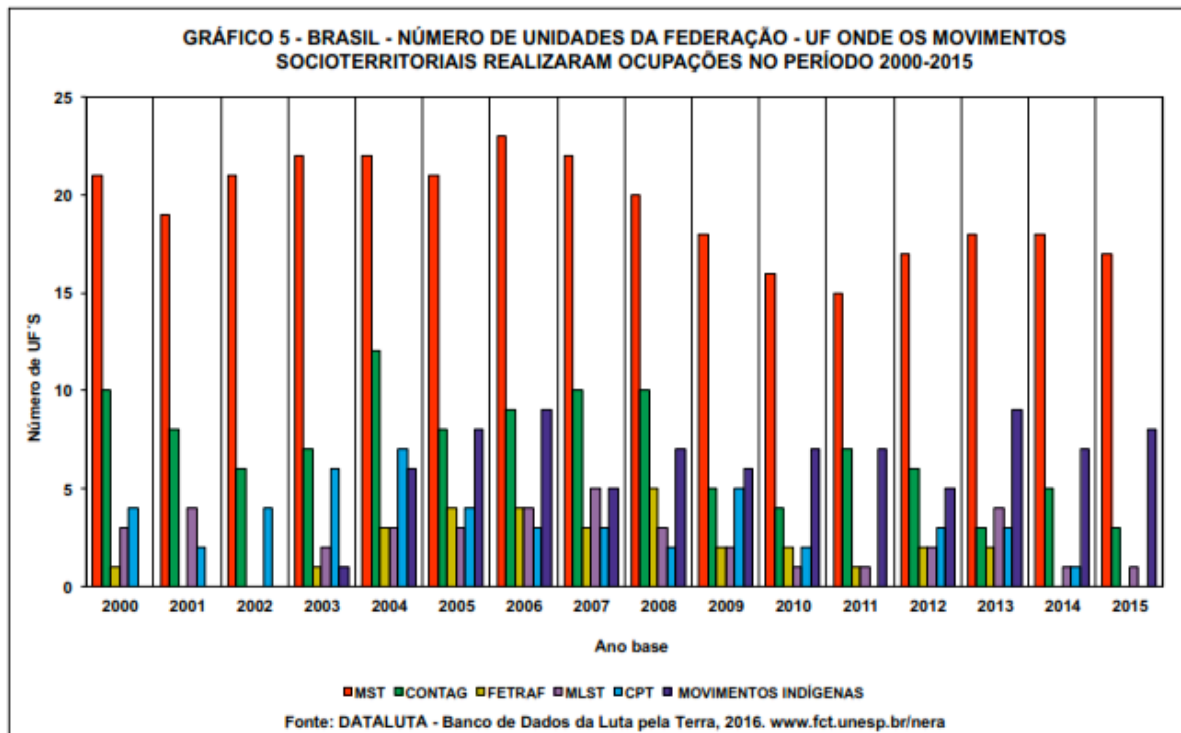
Podemos dizer que a forma específica de atuação do inimigo imediato são as que se utilizam o agronegócio, como ele se territorializa, como usa o aparato estatal e como usa a mídia de massas a seu favor para fazer uma propaganda enganosa do agronegócio. Atualmente o estado de ânimo das massas está em descenso, porém, com um aumento do número de pessoas em manifestações do campo no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014, conforme o gráfico 9³ do relatório da rede DATALUTA, o que pode marcar um possível marco de alteração desse processo. Porém, no momento a correlação de forças está favorável ao agronegócio e ao capital, principalmente ao capital estrangeiro.

Para analisar a capacidade do MST como instrumento político, podemos citar alguns dados para perceber que, de forma geral, o MST é o movimento socioterritorial mais atuante em termos de número de pessoas e em termos de diversidade de espaços e territórios de ação.

Podemos observar pela tabela 7⁴ – Brasil – ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais por macrorregiões e estados 2000-2015, que somente na região Norte o MST, em algumas comparações não está à frente, quanto ao número de ocupações. Isso pode ser em função do movimento ainda não estar concretizado em alguns estados da região Norte e em função da tabela também comparar o movimento com confederações e federações, que são uma soma de organizações, enquanto o MST é uma organização e não várias organizações.

³ Gráfico 9 – Brasil – Manifestações do Campo – 2000-2015 – Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas. Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016. www.fct.unesp.br/nera

⁴ Fonte: idem



Quanto ao número de unidades da federação onde os movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no período de 2000-2015, a diferença entre o MST e os demais movimentos fica evidente, observando o gráfico acima.

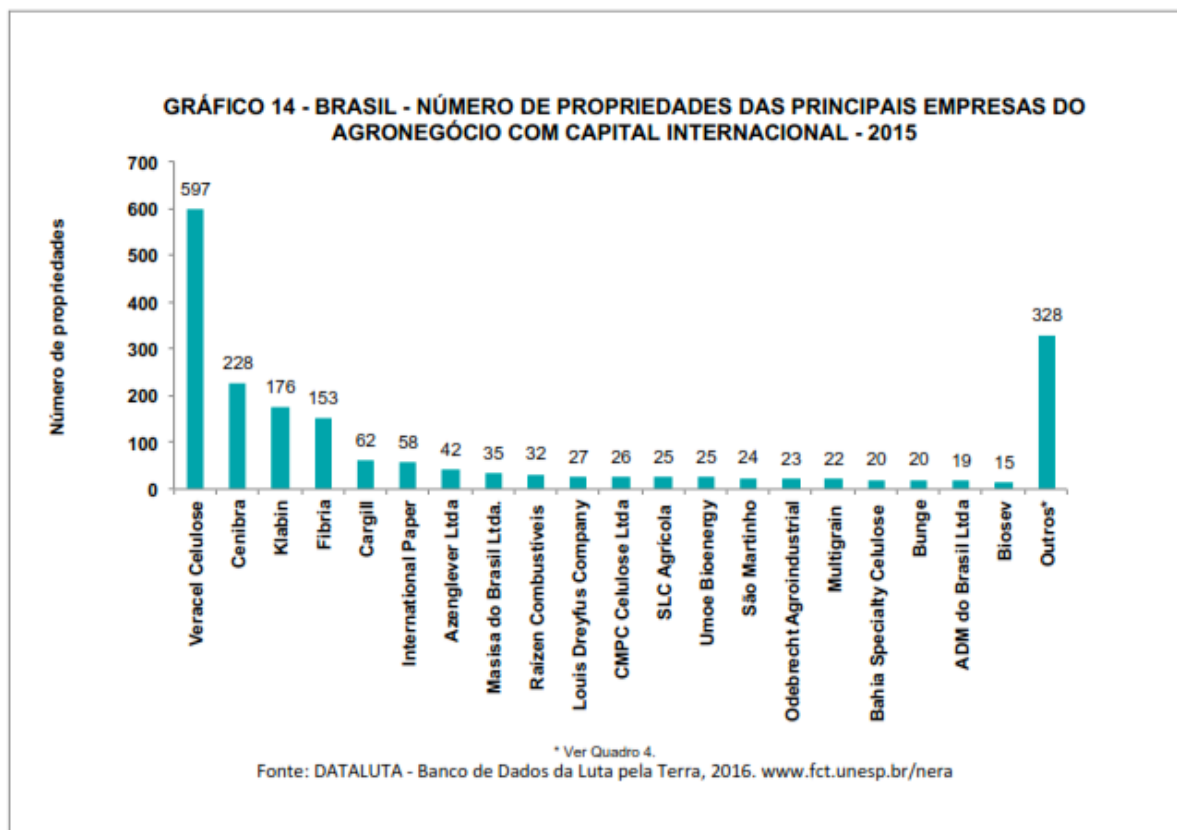
No entanto, existe uma pergunta para complementar essa discussão, onde se dá toda essa disputa política estratégica e tática? Nesse caso, vamos fazer esse debate em âmbito Territorial, nos territórios onde o MST existe, mesmo que seja de forma imaterial e nos territórios onde é necessário ocupar e se apropriar. Passamos a leitura dos territórios.

DA DISPUTA NOS TERRITÓRIOS

Quando se estuda sujeitos e ações, sejam individuais ou em coletivos, não se pode negligenciar o território onde ocorrem os fatos em questão, como já alertava Ratzel “Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território.” (1990, p.74).

Podemos dizer que atualmente os sujeitos da disputa territorial no campo mudaram, não na sua essência, e sim na sua forma e aparência. Se antes tínhamos a figura do grande latifundiário como pessoa física, seus capangas armados como cães de guarda violentos e a mando daquele e de suas associações como por exemplo no surgimento da união democrática ruralista (UDR), hoje temos o capital financeiro e as transnacionais, como as listadas no gráfico 14 abaixo, bem mais modernas, fluidas, flexíveis e com todo o aparato do Estado a seu favor. Ou seja, “O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes

estruturais provocaram pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios.” (FERNANDES, 2008, p.12).



Se no período em que surgiu o MST em 1984, a população rural era bem maior que hoje, 34 anos depois a população do campo diminuiu drasticamente. Hoje a população brasileira se encontra majoritariamente nas cidades e, “De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais.” Uma das explicações para a saída da população do campo é o processo de territorialização do capital que, ao se territorializar, desterritorializa as comunidades camponesas e da floresta. Ao se verem obrigados a irem para as cidades, essas mesmas populações se encontram precarizadas, em situações muitas vezes e quase sempre desumanas, sem emprego e sem qualquer tipo de assistência em suas necessidades básicas, como saúde, educação, moradia, alimentação, etc.

Essa situação cria uma série de conflitos, em relação aos quais Fernandes (2008b, p.7) explica que “a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais,

grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c)”. Nesse caso o mesmo autor diz:

A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno-diverso; consenso-crítica; regra-conflito; padronização-variedade; centralização-centralidades; território-territórios. (FERNANDES, 2008b, p.7)

Hoje o capital no campo se denomina agronegócio. De outro lado, com um propósito diferente, pode-se dizer contrário, temos os camponeses e comunidades tradicionais. Logo, podemos determinar quem está em cada polo, e, assim, o MST assume um papel fundamental como instrumento político nesse conflito histórico de disputa de poder, o que põe em jogo dois modelos de desenvolvimento nacional e internacional. Ao se falar de poder, podemos dizer conforme Raffestin (1993) que, o poder é união de energia e informação, as vezes pode existir mais energia que informação, e vice-versa, mas quem possui esses dois componentes em maioria é quem vai decidir provavelmente os rumos da sociedade.

A estratégia é um fim, um objetivo com prazo mais longo, para alcançá-la, são necessárias táticas, por isso, o MST, possui como objetivos bem definidos, a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pelo socialismo, como foi explicitado antes. É graças a esses objetivos claros e bem definidos que podemos entender esse movimento como um movimento socioterritorial, porque disputa o território diretamente contra o agronegócio de forma material e imaterial, precisamos entender isso da forma mais precisa possível.

Dito isso, podemos adentrar nos processos da *práxis*, com a necessidade de saber como se dá o processo geográfico de territorialização e desterritorialização para elaborar um planejamento que tenha condições reais de execução, com conhecimento que “é um importante tipo de território” como acontece todo esse movimento de acordo com Fernandes (2005, p. 28-29):

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Além disso, é importante saber que “(...) territorialização e desterritorialização não acontecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer simultaneamente em

lugares diferentes.” (FERNANDES, 2005). Com isso, poderia ser considerado que a medida em que o movimento deixa de se territorializar ele abre a possibilidade de ser desterritorializado, haja vista que a medida que ele avança em sua territorialização e que esta não pode acontecer ao mesmo tempo que aquela, a desterritorialização, no mesmo lugar e vice versa, ou seja, o mesmo efeito cabe ao agronegócio.

Dentro do paradigma da questão agrária, os conflitos territoriais são parte do todo que podem servir de espelho para essa leitura da realidade, e o MST pode ser considerado um movimento socioterritorial, laboratório dessas interpretações conjunturais desse paradigma. Nas palavras de Harvey:

Embora crises na experiência do espaço e do tempo, no sistema financeiro ou na economia mais ampla possam constituir uma condição necessária das mudanças políticas e culturais, as condições suficientes residem num plano mais profundo, inseridas na dialética internalizada do pensamento e da produção de conhecimento. Pois sempre é verdade que, como disse Marx (1967, 178), “erigimos nossa estrutura na imaginação antes de a erigirmos na realidade”. (HARVEY, 2008,p.309)

Como Geógrafos, temos um papel social de extrema importância, nas palavras de Lacoste, “O papel do geógrafo é o de tomar conhecimento da superposição espacial de diferentes categorias de fenômenos e de movimentos de pesos diversos, sobre territórios de desigual amplitude, de forma que os empreendimentos humanos possam ali ser conduzidos ou organizados mais eficientemente.” (2018, p.102). Apesar das coisas e sujeitos terem uma carga de intencionalidade em toda e qualquer ação, segundo Milton Santos, “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.” (2006, p. 60).

Por isso, qualquer processo de territorialização não existe sem conflito, sempre há uma carga de resistência seja material, seja imaterial. Daí a importância de entender o MST com as categorias geográficas, ou seja:

Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração teórica. Categorias são conceitos-chave de uma ciência (Freire-Maia, 1998, p.38). São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até os esforços lógicos para a elaboração de leituras e a construção de ensaios teóricos. (FERNANDES, 2000, p. 60)

É necessário utilizar de todo esse arcabouço teórico conceitual e paradigmático, para fazer uma leitura geográfica e multidisciplinar da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico do MST provoca uma responsabilidade social e de classe, além disso esse movimento socioterritorial não pode perseguir seus objetivos estratégicos sozinho, pois, pensar alternativas estratégicas de combate ao capitalismo e ao agronegócio, é uma necessidade imediata e permanente. Como foi discutido nesse trabalho, é a contradição da luta de classes que oferece o caminho da luta e, ao ter essa contradição em vista, é possível pensar na forma e método organizativo do instrumento político necessário para o desafio atual, perder isso de vista é correr o risco de sucumbir ao fracasso.

O MST nasceu de contradições parecidas com as do momento atual, apesar de que as formas de luta e os sujeitos exigem que esse movimento se adapte, usando de toda sua flexibilidade e experiência para seguir rumo aos seus objetivos reais, acreditamos que o MST possui essa capacidade.

Com o avanço do neoliberalismo, a expansão do capital internacional e a redução do estado, todos esses fatores dão um tom diferente da luta no cenário atual, fazer essa leitura da realidade se faz extremamente necessária para combater um inimigo onipresente.

O capital se territorializou no campo com o agronegócio e com as transnacionais e, com isso, provocou uma grande exclusão dos trabalhadores do campo e das comunidades tradicionais. A população brasileira se encontra em sua grande maioria nas cidades, nas periferias precarizadas, o desemprego tem aumentado a cada ano. As reformas propostas pelos poderes do estado a serviço do capital, têm retirado direitos que foram conquistados com muita luta no passado. Essa situação tende a piorar, pois a instabilidade política no país não tem favorecido em nada a classe trabalhadora.

Esses são alguns exemplos das contradições geradas pelo capital que demonstram um caminho da luta de classes. São esses conflitos e conflitualidades que provocam a iniciativa do MST como movimento da esquerda, em pensar um instrumento político adequado para as lutas de hoje.

Diante dessas questões, existe também um conflito paradigmático agrário como foi demonstrado, entre o paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA). Dessa forma, a luta de classes é percebida não só no campo material da prática, mas também no campo imaterial das ideias e, tomar esse combate como um todo é fundamental, porque partimos do princípio da prática, teoria e prática (P-T-P).

Diante do exposto, o papel da Geografia neste período se torna cada vez mais significativo em suas interpretações do espaço, território, paisagem, área, região, lugar e o local, com uma intencionalidade ligada ao materialismo histórico dialético, de forma a servir de base para uma luta de classes mais justa para a classe trabalhadora.

A Geografia também não pode trabalhar sozinha e, assim, sem esquecer de todas as dimensões existentes no espaço, como a econômica, a política, a cultural, a histórica, a social, etc., acreditamos que o território como categoria geográfica é uma categoria que possibilita observar essas dimensões e seus conflitos, haja vista a relação de poder evidente que possui essa categoria.

O que está em jogo é uma disputa pelo poder e o poder perpassa os territórios, logo a disputa pelo poder é também uma disputa territorial. Ou seja, um movimento socioterritorial disputa o poder através da disputa territorial. Quanto mais conquista de território mais poder, quanto mais perda de território menos poder. O objetivo de um movimento socioterritorial deve ser se territorializar e se reterritorializar permanentemente, ou, o contrário, será sua derrota e extinção.

As questões que ficaram em aberto neste trabalho, pretendemos continuar pesquisando de forma coletiva e atuante.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios dos territórios. **Revista NERA**, n. 3. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2008b. Disponível em: <http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Caderno de formação Nº 30 – Gênese e Desenvolvimento do MST**. Gráfica e Editora Peres – São Paulo, 1998

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre** nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e

Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

GASPARIN, Geraldo José. **A Formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 17 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. p. 133. <<http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/geografiayveslacoste.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MST. O Caderno de Formação nº 42 “**Debates em Preparação ao 14º Encontro Nacional do MST**” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O povo e o seu território. In.: **RATZEL (organizado por Moraes, Antonio Carlos Robert)**. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://files.lead-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf> Acesso em: 01 mar. 2018.